

Numa decisão praticamente unânime (registrou-se apenas uma ausência), os professores da PUC-SP, em assembleia no último dia 14/4, rejeitaram a proposta da Fundação São Paulo e Reitoria para o pagamento do reajuste de 7,66% e da dívida dele proveniente, optando pelo ingresso na Justiça do Trabalho para reaver os valores devidos, desde 2005, pela universidade.

Os gestores da universidade enviaram à APROPUC-SP a mesma proposta debatida na assembleia de 24/2, quando os professores, a Fundação e a Reitoria concordaram em assinar um documento para que durante dois meses as negociações pudessem conduzir a alguma nova proposta.

Pior ainda, o documento que embasa a proposta, assinado pelos secretários-executivos e pelo reitor Dirceu de Mello, contém

SEM ACORDO PROFESSORES APROVAM VIA JUDICIAL

A PROPOSTA DA PUC-SP

60%

da dívida pagos à vista

1%

dos 7,66% incorporado ao salário atual

uma série de pontos que os professores qualificaram como inverdades e leviandades (veja íntegra da proposta da Fundação e Reitoria na página 3).

Causou estranheza aos professores que os gestores insistam numa proposta (60% do valor da dívida à

vista e apenas 1% dos 7,66%) que demanda um valor extremamente elevado de empréstimos bancários que onerariam sobremaneira a PUC-SP. Os gestores desqualificaram (sem dizer claramente as razões) as simulações da APROPUC e

Sinpro-SP, que indicavam caminhos claros de pagamentos alongados, sem empréstimos bancários. Porém, estranhamente a universidade optou por privilegiar os bancos, pagando menos aos professores (veja na página 2 a resposta da APROPUC à proposta da PUC-SP).

Por julgarem que a intolerância, mais do que nunca, foi uma

prerrogativa dos gestores, os professores, em sua maioria, optaram pela entrada na Justiça do Trabalho. No entanto, a categoria se dispôs a uma futura negociação desde que a Fundação São Paulo/Reitoria efetivamente apresentem uma proposta que incorpore o reajuste de 7,66% e uma parte da porcentagem dos valores devidos aos professores

A peça para ingresso da ação na Justiça já está pronta e deverá dar entrada na Delegacia Regional do Trabalho nos próximos dias.

Assembleia dos Professores

22/4

Quinta-feira

Sede da APROPUC - 17h30

Eleições da APROPUC



Professores analisam a proposta da PUC-SP

EDITORIAL

Proposta da Fundasp desqualifica e nega direitos dos professores

Só querer se relacionar com aqueles que se aprovam em tudo é quimérico, e é o próprio fanatismo.
Alain (pseudônimo de Émile-Auguste Chartier) - Considerações II

A diretoria da APROPUC manifesta o seu repúdio diante da ofensiva redação exposta no ofício 071/2010 encaminhado pela Fundação São Paulo no último dia 13 de abril para a entidade. Tal ofício mais uma vez recorre ao TAC como meio de manipular a comunidade da PUC-SP, utilizando tal documento (firmado entre a Fundasp e o Ministério Público de São Paulo no dia 26 de junho de 2006) para enganar e ludibriar os incautos. Necessário lembrar que a diretoria da APROPUC, em inúmeras e diferentes iniciativas junto à Fundasp e a Reitoria da universidade, requereu formalmente cópia de tal documento, tendo recebido sempre respostas evasivas e negativas diante de tal demanda. Entretanto, recorrendo à sua própria assessoria jurídica, a diretoria da APROPUC obteve cópia de tal documento mesmo porque, diferentemente do que sempre alegou a Fundasp e Reitoria, tal documento tem caráter público e não sigiloso.

O ofício acima referido cita o TAC de modo indevido. A Fundasp emprega o mecanismo mais sórdido de manipulação quando coloca em prática a estratégia de omitir pontos e cláusulas de tal documento, ao mesmo tempo que torna público interpretações discutíveis do mesmo, sempre em consonância com seus interesses mais imediatos e nem sempre transparentes. A diretoria da APROPUC reconhece na redação do ofício da Fundasp, não por acaso, um estilo semelhante àquela presente nas primeiras três páginas do TAC. Uma espécie, portanto, de pastiche indistigável do documento redigido pelo Ministério Público de São Paulo: um modo incontestado de reafirmar o uso estratégico do argumento de autoridade que tem, entre outras funções, oprimir as vozes dissonantes de um consenso fabricado. É por isso que, ao tornar pública a proposta de pagar 60% do total da dívida aos professores da PUC-SP, ao mesmo tempo em que admite recorrer às instituições bancárias privadas, para por meio de empréstimos coletar o montante necessário para a concretização de tal proposta, a Fundasp omite da comunidade universitária todo o conteúdo presente no quinto parágrafo da página 2 do TAC, parágrafo este que torna público um diagnóstico feito pelo Ministério Público do

Estado de São Paulo:

“Considerando que a Fundação necessita, urgentemente, de um choque de gestão visando equilibrar as receitas e as despesas, **porquanto não conta com patrimônio para garantir novos empréstimos bancários.**” (grifo nosso)

No texto do ofício 071/2010, na segunda página, o primeiro tópico da proposta diz o seguinte:

“Pagamento a vista de 60% do total da dívida, corrigido pelo ICV-DIEESE, **com recursos que serão captados de Instituições Financeiras**, cuja amortização se dará a médio e longo prazo.” (grifo nosso)

Diante do exposto a diretoria da APROPUC pergunta:

1. Por que a Fundasp admite pagar 60% da dívida aos seus professores (num montante total de 21 milhões, considerado o acumulado até outubro de 2009), recorrendo aos bancos e admitindo pagar aos mesmos 45 milhões de juros e, portanto, mais do que admite pagar aos seus docentes?

2. Por que a Fundasp admite recorrer a novos empréstimos bancários se, como indica o TAC, não possui saúde financeira e, portanto, pré-requisitos para tal?

Não bastasse essa omissão, o ofício da Fundasp acusa a diretoria da APROPUC e do Sinpro-SP de insensíveis “à situação da PUC-SP”, além de também acusar as diferentes simulações de pagamento da dívida, apresentadas pelas duas entidades representativas docentes de conterem “lapsos matemáticos”, sem no entanto a Fundasp demonstrar tais “lapsos matemáticos” por meio de provas objetivas. A diretoria da APROPUC teve a hombridade de tornar público tais cálculos por meio de edição extraordinária e ordinária de seu periódico **PUC Viva** e, em nenhum momento, tais cálculos foram formalmente contestados por qualquer membro da comunidade universitária, ou pelo grupo de gestores da universidade. Mesmo porque, como admite e reconhece a Fundasp em seu ofício, “a Fundação São Paulo e a Reitoria abriram todos os seus livros contábeis, mostrando à APROPUC o balanço detalhado de 2009, o orçamento detalhado para 2010, e inclusive, dados financeiros relativos a anos anteriores”. E foi com base em tais dados que os cálculos e as simu-

lações de pagamento da dívida decorrentes foram realizados, se – deste modo – “lapsos matemáticos” existem, conforme acusação da Fundasp, eles se devem à transmissão de informações incorretas por parte dos gestores da universidade e, portanto, da indiscutível pouca seriedade dos mesmos diante de uma negociação, que sempre foi encarada tanto pela APROPUC quanto pelo Sinpro, de modo respeitoso e sério. Além disso como acusar de “insensíveis” os membros da diretoria da Apropuc ou do Sinpro, se tais entidades aguardaram – juntamente com todo o conjunto de docentes da universidade – pacientemente, durante cinco anos o pagamento de tal débito? Como acusar de “insensíveis” a APROPUC e o Sinpro, quando tais entidades de tudo fizeram para evitar um processo judicial contra a Fundasp nesses mesmos últimos cinco anos? Como acusar de “insensíveis” as diretorias das duas entidades representativas dos professores, quando estas – à diferença da Fundasp – propuseram o pagamento de tal dívida a longo prazo sem que houvesse a necessidade de recorrer aos empréstimos bancários e, portanto, sem que a Fundasp tivesse que se responsabilizar com o pagamento de juros tão altos e abusivos cobrados pelo mercado financeiro?

A Fundasp também omite que em 2005, no auge do “olho do furacão”, a diretoria da APROPUC – sensível aos problemas financeiros da universidade e na defesa do direito ao trabalho da categoria que representa – deliberou em assembleia, com presença massiva dos seus associados no auditório 239 do prédio novo, que não houvesse demissões dos professores e, para tal, se propunha abrir mão dos débitos trabalhistas referente aos dissídios de 2004 e 2005. Tal proposta, entretanto, foi rechaçada não apenas pela então reitora da universidade, mas também pela própria Fundasp, ambos alegando que tais demissões eram, além de necessárias, o meio eficaz de se equilibrar as contas da universidade. O que se constatou, porém, meses depois, foi que tal medida além de efeito prático diverso do prometido, gerou – em verdade – um verdadeiro desastre para a PUC-SP, pois não apenas aumentou consideravelmente a dívida

da universidade, como ainda arranhou o seu prestígio junto à opinião pública, e causou um processo de desmoralização do esforço e trabalho coletivo dos professores ao longo dos últimos 30 anos, ao demonstrar com tais demissões, que os docentes são peças descartáveis quando lhes interessa.

O ofício da Fundasp afirma logo de início, em seu segundo parágrafo que o TAC “prevê economia e adequação de salários”, outra afirmação leviana uma vez que, em verdade, a cláusula 6 do referido documento apresenta a seguinte redação:

“Readequar o padrão salarial ao praticado pelo mercado, **respeitada a individualidade da PUC-SP, cujo corpo docente presta serviços de destacada excelência.**” (grifo nosso)

Ou seja, a Fundasp omite estrategicamente a ressalva do Ministério Público como meio de manipular os professores da universidade e a comunidade da PUC-SP para, deste modo, fazer crer que estão obrigados a readequar os salários docentes da PUC-SP a outras instituições de ensino superior da cidade de São Paulo, cujas características e objetivos – ao contrário da PUC-SP – são sabidamente mercadológicos e de fins lucrativos. A Fundasp quer omitir que pretende realizar o maior arrocho salarial dos últimos 30 anos em nossa universidade.

E tampouco é verdade que a diretoria da APROPUC pactuou constituir uma comissão tripartite com o objetivo de estudar as finanças da universidade para, desta forma, elaborar propostas para saldar a dívida devida aos docentes. Esta foi uma sugestão de um dos diretores da entidade que, depois de analisada e discutida em reunião da diretoria, não foi aprovada. Tal deliberação foi formalmente comunicada à Fundasp, inclusive com a exposição do argumento central de que a diretoria da entidade considerava não ser responsável pela gestão da universidade e, portanto, não poderia ser co-autora de uma proposta que é de exclusiva responsabilidade daqueles que administram e são responsáveis pela gestão da instituição. Não é, portanto, sem razão que a diretoria da APROPUC reage às infor-

Continua na página ao lado

Proposta da Fundasp desqualifica e nega direitos dos professores

Continuação da página anterior

mações inconsequentes expostas nos respectivos quinto e sexto parágrafo do ofício 071/2010, mesmo porque quando confrontados tais parágrafos são contraditórios: o quinto parágrafo afirma que a APROPUC se negou a constituir uma "Comissão", o sexto parágrafo, porém, afirma que (sic) "esta mesma Comissão propôs alternativas de pagamento, que foram sucessivamente rejeitadas pela APROPUC..." Ora, se não foi formada tal "Comissão" como pode tal "Comissão" ter apresentado propostas para a APROPUC? A verdade é que tais propostas foram elaboradas exclusivamente pela Fundasp e pela atual Reitoria da PUC-SP.

A diretoria da APROPUC analisa que, em verdade, a Fundasp visa desqualificar não apenas a atual diretoria da entidade, mas também a APROPUC enquanto entidade representativa e autônoma dos professores da Universidade Católica de São Paulo, numa incontestável demonstração de desrespeito, autoritarismo e intolerância conforme a epígrafe citada do filósofo francês Émile-Auguste Chartier, mais conhecido como Alain. Forçoso além do mais apontar que, nos últimos parágrafos do mencionado ofício, a Fundasp incorre em chantagem ao anunciar que o acordo coletivo dos professores da PUC-SP depende da aprovação da proposta de quitação da dívida apresentada, num flagrante exemplo daquilo que o direito trabalhista chama de assédio moral.

Professores, a situação de desmonte de um projeto de Universidade que coletivamente construímos se aprofunda! Nosso Acordo Interno de Trabalho se expirou. Propusemos a sua continuidade que foi negada pela Fundasp/reitoria, adotando o Acordo do Sinpro, bem inferior às nossas conquistas. Temos o índice de 2010 para ser aplicado, em maio nova rodada para discussão das horas administrativas que, fruto de mobilização da APROPUC e de parte das direções das faculdades, ainda estão mantidas; até outubro se define o novo contrato de trabalho, e se não nos mobilizarmos, teremos novas perdas. Vamos fortalecer nossa entidade - a APROPUC - participe do processo eleitoral em curso para a continuidade da luta de resistência em defesa do Ensino e do Trabalho e da PUCSP!

Diretoria da APROPUC

Proposta da PUC-SP para pagamento do reajuste de 7,66% com os professores

A Fundação São Paulo, mantenedora da PUC-SP, neste ato representada por seus Secretários Executivos, José Rodolpho Perazzolo e João Julio Farias Jr., com ciência e anuência da mesma universidade, a PUC-SP, neste ato representada pelo seu reitor, prof. Dr. Dirceu de Mello, vem expor o quanto segue:

Considerando o termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado com o Ministério Público Estadual, que prevê economia e adequação de salários docentes;

Considerando todo processo de reestruturação desenvolvido desde 2005, com a posterior alteração dos estatutos da instituição, visando minimizar o custo de sua estrutura;

Considerando que o dissídio de 2005 não foi aplicado exatamente porque a universidade se encontrava, naquela altura, atravessando "o olho do furacão" da crise financeira que a atingiu, ano em que acumulou R\$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais) de resultado negativo;

Considerando que as tratativas sobre o aludido dissídio, já haviam sido retomadas desde agosto de 2009, quando a Fundasp, com a Reitoria da universidade e a APROPUC pactuaram a constituição de uma Comissão de Estudos e Propostas para Saldar a Dívida, qual a APROPUC decidiu por não compor, mesmo depois de reiterados chamados;

Considerando que esta mesma Comissão propôs alternativas de pagamento da dívida, que foram sucessivamente rejeitadas pela APROPUC em suas assembleias;

Considerando que a Fundasp e a Reitoria abriram todos os seus livros contábeis, mostrando à APROPUC o balanço detalhado de 2009, o orçamento detalhado para 2010, e inclusive, dados financeiros relativos há anos anteriores;

Considerando que os professores presentes às assembleias da APROPUC, que se

sabe em número reduzidíssimo, se mostram insensíveis à situação da universidade;

Considerando que a certa altura do processo de negociação o Sindicato dos Professores de São Paulo, Sinpro-SP, foi convidado a participar das tratativas, por pelo menos três rodadas com a Fundasp e a Reitoria, tendo ele mesmo também se mostrado pouco sensível à situação da PUC-SP;

Considerando que no último dia 5/4/2010 o Sinpro-SP e a APROPUC trouxeram "simulações" do pagamento da dívida com a incorporação do reajuste de 7,66% de 2005 inclusive com lapsos matemáticos, com cobrança integral da dívida comprometendo o futuro da Universidade;

Considerando que os docentes desta Casa têm contrato de trabalho diferente daquele que é praticado no mercado para a categoria, sendo-lhes, portanto, favorável, aliado ao fato de suas remunerações estarem dentro das práticas de mercado, por vezes até superior, conforme demonstram as pesquisas realizadas;

Considerando a responsabilidade desta administração com o pagamento de salários a mais de 3000 pessoas, entre professores e funcionários, e com a prestação de serviços educacionais a mais de 20.000 alunos;

Considerando, por fim, que pensar o interesse da universidade é pensar na subsistência da mesma, na possibilidade de promoção na carreira docente, na renovação do Acordo Interno de Trabalho, que tantos benefícios garante aos docentes da PUC-SP;

A Fundasp e a Reitoria da

PUC-SP propõem a seguinte composição amigável, objetivando a quitação total do passivo e a liquidação da pendência que envolve o não pagamento do reajuste de 2005, devido aos professores, com contratos vigentes em março daquele ano, da seguinte forma:

a) pagamento à vista de 60% (sessenta por cento) do valor total da dívida corrigido pelo ICV-DIEESE, com recursos que serão captados de Instituições Financeiras, cuja amortização se dará a médio e longo prazo.

b) a incorporação imediata de 1,00 % de reajuste sobre o salário atual, o que vale dizer a aplicação de 1,23% (*) sobre os salários vigentes em março de 2005.

Contando com bom senso dos docentes da PUC-SP, seu amor por essa Universidade, seu interesse na continuidade dos trabalhos, no seu futuro crescimento e consolidação, esperamos ver aceita a proposta para que possamos também retomar as promoções docentes renovar o Acordo Interno de Trabalho, pois demandas relativas a esse último já se avolumam.

Aguardamos, assim, a manifestação de V.Sas., após apresentação de proposta acima na próxima assembleia.

Sendo o que nos competia para o momento,

João Júlio Faria Junior e José Rodolpho Perazzolo,
Sec. Executivos da Fundasp e
Prof. Dr. Dirceu de Mello,
reitor da PUC-SP.

(*) O índice foi calculado considerando os dissídios praticados de março/2006 abril/2009, cujo percentual acumulado é de 22,88% e caso as partes acordem com a forma acima proposta será incorporada no primeiro pagamento subsequente a celebração do acordo.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 -
CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.
Afapuc: Rua Cardoso de Almeida
990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.
PUCViva: 3670-8004 - **Correio
Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:**
www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Gabriela Moncau

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victoria C. Weischorst

Debate pede liberdade a Cesare Battisti

Na quinta-feira, 15/4, na sede da APROPUC, foi realizado o debate *Cesare Battisti - três anos de prisão política* com a presença dos debatedores Celso Lungaretti, Lucio Flavio de Almeida e Carlos Lungarzo. Na ocasião, também foi lançado o livro *Ser Bambu*, uma narrativa biográfica de Cesar Battisti.

No evento, Celso Lungaretti abriu as falas comentando que José Serra, em campanha presidencial na Bahia, disse ser a favor da extradição de Battisti. "Em caráter, essa opinião é gravíssima. José Serra saiu do país exilado, quase morreu no Chile e foi salvo pela solidariedade de pessoas como nós. Com isso, ele pisa no seu passado", comentou Lungaretti.

Depois, o jornalista refletiu sobre o jogo político que mantém Battisti preso, apesar da absolvição por

parte do Poder Executivo. Para ele, o Supremo Tribunal Federal atua como capacho do governo italiano e César Belluzo é o principal inimigo ideológico. "Jamais vi um relator tão imparcial", disse Lungaretti.

O professor da casa, Lucio Flavio de Almeida, comentou que existe hoje uma nítida ofensiva da direita nos países de democracia liberal e um refluxo das lutas populares. Para ele, a democracia no Brasil já mostra esclerosamento e existe um cenário de incerteza no período pós Lula. "As elites exigem a despolíticação e imobilismo das massas em nome da democracia", comentou.

"A luta contra a extradição de Battisti é uma luta democrática nacional. Mas também é uma luta internacional. Vai muito além dele, apresenta uma perspectiva



DIVULGAÇÃO

Na sede da APROPUC público acompanha debate sobre Battisti.

de uma humanidade para além da barbárie que ameaça todos nós", concluiu Almeida.

Carlos Lungarzo comentou que existe demasiado atraso no julgamento de Battisti que, para ele, é intencional. Lungarzo comentou que se faz necessário um ato em Brasília e caso o asilo não seja consentido, a questão seja encaminhada nos fóruns internacionais de Direitos Humanos.

"Refugiado político não

pode ficar preso. Quando Battisti foi preso não tinha sido informado qual crime havia cometido e seu julgamento foi diversas vezes adiado. Não existe, no mundo inteiro, um caso em que o asilo foi dado pelo Executivo e travado pela justiça do país", concluiu.

O evento foi organizado pelo Comitê de solidariedade a Cesare Battisti, NEILS (Núcleo de Estudos da Ideologia e Conflitos Sociais) e pela APROPUC.

Debatedores concluem que tortura ainda é praticada no Brasil

Na segunda-feira, 12/4, no Museu da Cultura, aconteceu a abertura do ciclo de atividades Memórias da Ditadura e a Coragem da verdade com a exibição do documentário *Arquivos da Cidade*, de Lucia Knijnik, e a exposição *Correspondências de Presos Po-*

líticos, com cartas da professora Rosalina Santa Cruz. Também houve debate com Cecília Coimbra, Edson Passeti, Rosalina Santa Cruz, Edelcio Ottaviani e Acácio Augusto.

Acácio Augusto comentou que, mesmo não vivendo a época da ditadura, se

sentiu ligado àqueles personagens do filme. "Por mais que a nossa democracia seja fraca, todas as liberdades que temos hoje, inclusive na PUC-SP, foram graças à ousadia dessas pessoas", comentou.

Na sequência, Cecília Coimbra, do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, comentou que as pessoas que sofreram com o aparato de um regime militar são testemunhas de um tempo que ainda produz seus efeitos para a sociedade brasileira. "Sempre houve tortura no Brasil. A ditadura simplesmente a sofisticou. Porém, contra a pobreza, essa prática sempre existiu e continua existindo", concluiu.

A professora do Serviço Social, Rosalina Santa Cruz, disse que nunca havia exposto aquelas correspondências, da época em que foi presa pelo regime militar. Depois, comentou a questão dos jovens nas periferias do país.

"Todo preso é um preso político. A tortura a que fomos submetidos está presente no dia-a-dia dos jovens pobres e negros do Brasil", comentou. "Esses meninos passam, todos os dias, por coisas tão humilhantes como nós passamos", concluiu.

O ciclo de atividades foi organizado pelo Nu-Sol, Museu da Cultura e Grupo Tortura Nunca Mais.



BRUNO GARIBALDI

Após exibição de documentário, debatedores falam sobre a tortura no Brasil.

Estudantes e professores visitam a Escola Florestan Fernandes

"A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é um experiência única na história brasileira, pois é a primeira escola organizada que se empenha em estudar e decifrar o Brasil através dos seus clássicos". Com essas palavras o filósofo e professor da USP Paulo Arantes definiu a ENFF, em palestra. A atividade aconteceu no dia 10/4 reunindo cerca de 90 pessoas na ENFF, em Guararema. Na ocasião, estudantes e professores de algumas universidade, além de trabalhadores de um projeto de extensão universitária entre a PUC-SP e a prefeitura de Taboão da Serra estiveram presente para uma visita à escola.

A atividade teve um duplo objetivo: apresentar o projeto pedagógico da ENFF e, principalmente, apresentar a Associação dos Amigos da Escola Florestan Fernandes, criada com o intuito de defender a escola que passa por dificuldade financeira. O motivo de tal dificuldade é causado, principalmente, pela CPI do MST que bloqueia boa parte dos recursos do movimento, que é uma das grandes organizações responsáveis por sustentar a escola, e pela perda do apoio financeiro de alguns movimentos sociais internacionais.

Por esta razão foi criada a associação, com o objetivo de manter o funcionamento da escola e impedir que suas portas sejam fechadas. Para se tornar sócio é necessário contribuir mensalmente, com o valor mínimo sugerido de R\$ 20, que será revertido para as

despesas da ENFF. Para se inscrever, basta mandar um e-mail para associação amigos@enff.org.br ou pelo telefone (11) 3105 - 0918.

A atividade começou cedo. Após o café da manhã, os visitantes seguiram para o auditório onde Geraldo Gasparim, representante da escola, apresentou o projeto pedagógico da ENFF. Segundo Gasparim, a ENFF foi construída com o intuito de ser uma escola de formação de quadros para os movimentos sociais de todo o mundo. Outro elemento do projeto pedagógico que a diferencia é que os alunos passam três meses na escola e voltam para ficarem 40 dias nos acampamentos, onde podem retransmitir aquilo que aprenderam, retornando para a escola.

A ENFF foi construída com solidariedade internacional de organizações da América Latina e África, e pelas mãos dos próprios trabalhadores dos movimentos sociais, que voluntariamente construíram a sua estrutura. Mais de 15 mil tijolos foram produzidos por dia na própria instituição, com uma técnica de misturar terra e cimento.

CENTRO DE FORMAÇÃO DE QUADROS

Na sequência, o professor de filosofia da USP Paulo Arantes falou sobre a importância da escola que é um centro de formação de quadros para os movimentos sociais de todo o mundo. Para o professor, o projeto da escola se asse-



Na foto maior acima e ao centro (esq.) os visitantes percorrem a escola. Acima (dir) o professor Paulo Arantes e o professor José Arbex (esq) falando sobre a ENFF.

melha muito com o que deveria ser a universidade.

Para que a ENFF "não vire escombros" é necessário defendê-la fazendo "um círculo de pessoas que se interpõe a esse cerco feito aos movimentos sociais no Brasil", afirmou o professor.

Após a palestra o grupo foi dividido em três para conhecer as instalações, que vão desde salas, auditórios e dormitórios até hortas e criação de animais. Segundo Geraldo toda a alimen-

tação da escola, com exceção da carne, é produzida na escola e nos diversos assentamentos do MST.

Ao final o professor de jornalismo da PUC-SP, José Arbex Jr. fez um apelo a todos os presentes para que se associassem a escola ajudando em sua manutenção como pólo de produção de conhecimento crítico e combativo. Para o professor o momento de ajudar é agora, antes de a escola fechar.

Resposta do CA 22 de Agosto à manifestação da Direção da Faculdade de Direito

Após a recente mobilização estudantil em torno do recém-aprovado Vestibular de Inverno, a Direção da Faculdade decidiu manifestar-se publicamente.

Como já anteriormente divulgado pelo Centro Acadêmico, os representantes discentes legitimamente eleitos ano passado foram destituídos de seus cargos. Não houve possibilidade de se realizar eleições para novos representantes, pois estava em tramitação a aprovação do novo Regimento Interno da Faculdade, que diminui a representação discente de cinco para apenas dois representantes.

Este novo Regimento, que regeu a referida reunião do Conselho, só foi aprovado dois dias antes da tal reunião. Somente na antevéspera da mesma o Centro Acadêmico foi informado de que a reunião ocorreria. Obviamente não houve tempo hábil para que o Centro Acadêmico promovesse, apenas em dois dias, uma eleição "relâmpago" e conseguisse empossar seus representantes logo em seguida.

Ao mudar as regras do jogo na obscuridade, a Direção da Faculdade redesenhou toda estrutura da representação discente no Conselho tomando controle absoluto sobre aquele espaço. Os estudantes que lá estavam constavam como meros observadores do Centro Acadêmico e não representantes discentes do Conselho como falsamente alega o texto. Além disso, em momento

algun a pauta da reunião foi divulgada nem ao Centro Acadêmico nem a qualquer outro estudante.

Após distorcer a questão da representação discente, o texto, em seguida, alega que não há intencionalidade da Faculdade de Direito de "inchar" (ainda mais) o curso, insistindo que a decisão impede o aumento de vagas.

Contudo, desde a intervenção da Igreja, materializada no início de 2006 por meio de um o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre a Fundasp, o Ministério Público (Procuradoria das Fundações) e a Reitoria, diversas medidas de mercantilização da educação têm sido aplicadas por nossa Direção de curso e Reitoria. O TAC, assinado pela Reitora Maura Vêras e implementado pelo Reitor Dirceu de Mello, demanda uma política de aumento de vagas em cursos lucrativos, como o Direito, para fortalecer a posição financeira da Fundasp. Infelizmente, os esforços para enriquecer os cofres da Fundasp têm corrido no sentido oposto à defesa da qualidade de ensino na PUC.

Expressa o TAC a seguinte obrigação, em seu inciso 13:

13 - implementar estudos visando o aumento do número de vagas nos cursos superavitários (grifo nosso).

Não por acaso, a proposta, como admite a própria Direção, "vem sendo discutida há quatro anos",

isto é, desde a assinatura do TAC. Além disso, desde 2006, a Faculdade já aumentou de 500 para 570 as vagas no curso de direito - e esse número tem crescido desde então, como se pode perceber pelo número de turmas. A criação de por volta de 10 novas turmas ocorreu, assim como na aprovação do vestibular de inverno, sem se levar em consideração a ausência de estrutura física e acadêmica para o mesmo.

As repetidas medidas de inchamento dos cursos lucrativos desde 2006 são acompanhadas de uma série de ataques à qualidade de ensino na PUC. Somadas a ela, a política de maximização dos contratos dos professores e o esvaziamento dos espaços de representação da comunidade fazem do discurso a respeito da "democracia nas decisões da universidade" um mero slogan de marketing constantemente abusado por nossa Direção.

Há quatro anos, os estudantes vêm se mobilizando no sentido de barrar esta política de sucateamento da educação, utilizando, dentre outros instrumentos, a representação discente. Após o mais recente ataque da Direção da Faculdade à representação estudantil, uma importante barreira para o avanço das políticas de inchamento do nosso curso foi derrubada.

Além disso, a Direção alega que pretende retirar vagas do Vestibular de Verão e transferi-las para o Vestibular de Inverno. Po-

rém, não foi retirada nenhuma vaga no começo deste ano. Assim, é inadmissível a abertura de vagas de meio de ano ainda neste ano letivo.

Após as recentes manifestações dos estudantes de Direito contra o Vestibular de Inverno e o colhimento de cerca de 15000 assinaturas contrárias às medidas da Faculdade, o Centro Acadêmico "22 de Agosto" exige respeito frente às demandas estudantis.

As manifestações dos professores Marcelo Figueiredo e Roberto Baptista Dias da Silva no Fala Comunidade representam um profundo desprezo aos estudantes e ao Centro Acadêmico que, ao contrário da Direção da Faculdade, mantém-se comprometido com a qualidade de ensino no curso.

Exigimos que este processo seja congelado e que se abra um espaço público de discussão a respeito do tema entre a Direção, estudantes e docentes, para que se chegue a um plano pedagógico adequado, que não mercantilize nem sucateie a qualidade de ensino.

Assim, o Centro Acadêmico exige a realização de uma Audiência Pública com a Direção para que sejam discutidas de maneira ampla e aberta com todos os estudantes e professores as questões do Vestibular de Inverno e da aprovação do novo Regimento Interno.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Tribunal Popular debate questão da terra no Brasil

No dia 21/4, na Praça da Sé, às 13h, será realizada a Tribuna da Terra, organizado pelo Tribunal Popular: O Estado Brasileiro no Banco dos Réus. O objetivo do evento é debater a questão da terra no Brasil, os crimes do Estado e a violência no campo contra aqueles que lutam pelo fim da estrutura latifundiária e concentradora de terras no país.

O Tribunal Popular surgiu em 2008, fruto da organização de diversos grupos que lutam contra a violência imposta pelo Estado brasileiro de diferentes formas, como a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Segundo os organizadores do

atividade, dois fatos recentes mostraram que as elites agrárias do país não estão dispostas a democratizar o acesso à terra no país, apesar de previsto na Constituição Federal.

Nesses últimos meses a questão da terra foi colocada em discussão, e teve forte reação dos latifundiários, acompanhada pela elite brasileira. A discussão surgiu principalmente, a partir da ocupação das terras devolutas que a transnacional Cutrale se apropriou indevidamente e do Plano Nacional de Direitos Humanos III, que estabeleceu para o processo de desocupação de terra seria necessária a formação de uma comissão, para fazer a

averiguação anterior à desocupação e certificação de que as terras estariam ou não em condições para a realização da Reforma Agrária.

"As duas situações desencadearam um processo de criminalização dos militantes do MST, levando à prisão ou cassação de diversos trabalhadores, principalmente em São Paulo, onde o governo estadual impôs, com seu aparato policial, uma das piores perseguições sofridas pelo movimento", diz a convocatória do evento. A APROPUC apóia a realização da Tribuna da Terra e o *PUCviva* estará presente para realizar a cobertura do evento.

Ato em defesa da educação e do professor Miguel Baldez

No dia 14/4, na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), foi realizada uma audiência pública em defesa do ensino superior e um ato em defesa do professor de direito Miguel Baldez, arbitrariamente demitido da Universidade Candido Mendes no Rio de Janeiro, instituição em que lecionou por 42 anos. O docente foi alvo de perseguição da universidade por defender publicamente um ensino de qualidade.

O ato contou com o apoio de diversas entidades como o Andes-SN, Sinpro, MST, Comissão de Ensino Jurídico da OAB/RJ, MEC/RJ, entre outras. A APROPUC em nota pública manifestou o apoio ao professor.

Moradores do Morro dos Prazeres resistem a remoção

No dia 14/4, no Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública, foi realizada uma reunião de comissão de moradores dos morros dos Prazeres e Escondidinho, região altamente atingidas pelas chuvas do Rio de Janeiro, com defensores, técnicos (engenheiros e arquitetos) e organizações que trabalham na questão da moradia e da regularização fundiária.

Os moradores denunciaram a forma como a prefeitura vem pressionando as comunidades sobre a anunciada remoção total, após as chuvas e as quedas de encostas que fizeram, ao menos

27 vítimas fatais.

Na maior parte da favela os danos foram menores e a maioria das casas não exhibe sinais de risco iminente de colapso.

Todos os moradores das duas comunidades (mais de 2 mil famílias) foram convocadas a se "cadastrar", e não só as que tem casas atingidas ou mais próximas do ponto onde houve deslizamento, sob ameaça de não receberem o aluguel social prometido, no valor de R\$ 400, nem mesmo as doações de comida, produtos de limpeza que têm sido feitas para a comunidade.

Tribunal cassa liminar que suspendia leilão de Belo Monte

A Justiça Federal do Pará concedeu liminar, no dia 14/4, que suspende o leilão que selecionaria as empresas interessadas em construir a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. Porém, ao final desta edição recebemos a notícia de que o TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região cassou a liminar que suspendia o leilão.

A liminar foi pedida pelo Ministério Público Federal paraense, que moveu ação civil pública, apontando irregularidades no empreendimento. Segundo o juiz, há "perigo de danos irreparáveis", se comprovado que já existem irregularidades na licitação, como alega o MPF. "Esta provado, de forma ine-

quívoca, que o AHE Belo Monte explorará potencial de energia hidráulica em áreas ocupadas por indígenas que por sua vez serão diretamente afetadas pela construção e desenvolvimento do projeto", diz juiz ao decidir pela suspensão.

Há mais de 40 anos existem projetos de construção de uma hidrelétrica na região, mas os movimentos sociais sempre se posicionaram contrários a obra. Inúmeras tribos indígenas foram obrigadas a saírem de suas terras originais, provocando imensos danos à sua cultura. Os movimentos também criticam a viabilidade econômica da obra e temem a seca em parte do rio.

ROLA NA RAMPA

Revista PUCviva debate o Ensino a distância

Em seu número 39 a Revista **PUCviva** abre espaço para a discussão da mercantilização do ensino e ensino a distância. Em seu editorial, a professora Bia Abramides, presidente da APROPUC, coloca-se contra o modelo de ensino privatista hoje em vigor no país, voltado fundamentalmente aos interesses do grande capital, o que provoca uma retração na qualidade do ensino. Para a professora, os posicionamentos contra a mercantilização do ensino a distância expressam-se na defesa do ensino público, laico, gratuito, universal e presencial como bandeira democrática.

Entre os principais artigos da revista está a carta aberta da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social, assinada por várias entidades presentes ao encontro nacional da categoria realizado em setembro de 2009 em Campo Grande. O documento consubstancia a posição das entidades contrárias ao ensino a distância em Serviço Social. Entre os principais articulistas da revista estão os professores Erson Martins de Oliveira, ex-diretor da APROPUC, Alda



Luiza Carlini, da Faculdade de Educação da PUC-SP, Kátia Lima, professora da Universidade Federal Fluminense, Douglas Ferreira de Paula, professor da rede estadual de ensino e mestre em educação pela USP, Ana Cristina Pimenta, assistente social e mestre pela PUC-SP, Lighia Matsushigue, coordenadora do GT de Política Educacional do Andes-SN, e os estudantes Valério Paiva, do curso de Jornalismo, Felipe Campos, de Ciências Sociais, Talita Luiza Tecedor, de Serviço Social da PUC-SP e Rafael Limongeli de Ciências Sociais e Nataniel Dalomoro, O lançamento acontece dia 6/5 às 19 h no auditório 333.

Eleições para a CIPA

Entre os dias 17 e 19/5 acontecem as eleições para a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). As inscrições estarão abertas no período de 19/04 a 10/5 para todos os campi. No campus Monte Alegre os interessados deverão preencher a ficha de inscrição e entregá-la no Protocolo Central, localizada na Rua Ministro de Godói, 1055, no horário das 9h às 21h. Na Derdic as fichas de inscrição devem

ser entregues no Setor SAAD, aos cuidados da Sr. Leon, no horário das 8h às 19h. No campus CCE e Cogea as fichas devem ser entregues para a Sra. Taniha, no Prédio II ou na Cogea setor de Logística, no horário das 9h às 20h. As eleições no campus Monte Alegre ocorrerão entre os dias 17 e 19/5; Derdic no dia 18/5 e no campus CCE nos dias 17 e 18/5. Para maiores informações acesse o site www.pucsp.br/cipa.

Estudantes organizam solidariedade ao povo do Rio

No dia 22/4, quinta-feira, no Pátio da Cruz, às 11h30 e às 18h30, será realizada a 1ª Reunião do Comitê de Solidariedade na PUC-SP aos trabalhadores e o povo do RJ, que sofreu com a chuva nos últimos dias. Sob a insígnia "a chuva é natural, a catástrofe é social", o grupo pretende discutir a questão urbana e a omis-

são dos governos para as populações carentes que sofrem com a especulação imobiliária. Também está sendo realizada doação financeira, de alimentos não perecíveis e roupas nos corredores do Prédio Velho e no Centro Acadêmico de Serviço Social. A APROPUC também apoia o movimento.

Semana de Mulheres no Benevides Paixão

O Centro Acadêmico Benevides Paixão organiza entre os dias 19/4 e 23/4 uma Semana de Mulheres, com exibição de filmes, mostra de fotografia, performances e debates. No dia 19/4, às 19h e no dia 22/4, às 10h, será exibido o filme 69, Praça da Luz. No dia 20/4 acontecem dois debates, o primeiro às 10h será sobre Violência e aborto e o segundo, às 19h, sobre a Divisão sexual do trabalho. Já no dia 22/4,

após o feriado, o tema em debate será a Relação entre a mulher e a mídia. O encerramento acontece no dia 23/4 com a performance do projeto Salamandra e com a festa do "São Pindura", organizado pelo Conselho de Centros Acadêmicos da PUC-SP. Todas as atividades acontecerão no espaço do Centro Acadêmico. Para maiores informações acesse o blog <http://cabenevidespaixao.wordpress.com>.

Curso analisa conjuntura política em ano eleitoral

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), o Jornal Brasil de Fato e a Assembleia DF organizam para o mês de maio um curso sobre a conjuntura política brasileira em 2010: *burguesia brasileira, crise do capital e embate eleitoral*, os palestrantes são: Virgínia Fontes, Ricardo Gebrim, Ar-

mando Boito Jr. e Reinaldo Carcanholo. O curso acontece na UnB (Universidade de Brasília), os interessados precisam se inscrever pelo e-mail ccpbfdf@gmail.com até o dia 5/4 e pagar a taxa de 180 reais que dá direito a uma assinatura ou renovação do jornal Brasil de Fato.

Ciclo de atividades debate oratória

No dia 24/4, às 8h30, na sala 521, será realizada a abertura do ciclo de atividades "Técnicas de Oratória - Dr. João Meireles Câmara", organizado pelo CEHAL e Mutirão Cultura. A orientação é dos dou-

tores João Meireles Câmara, Armando Taminato e Sueli Carlos. Também serão realizadas atividades nos dias 15, 22, 29/5, e 5 e 12/6. Mais informações suelcarlos@ube.org.br.